

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA: AS DIFICULDADES DECORRENTES DAS REALIDADES DA ESCOLA URBANA E DA RURAL

RODRIGUES¹, Andreza Alves Guimarães;
SILVA, Adelmo Faustino da;
ARAÚJO, Albanira Duarte Dias de;
CAVALCANTI, Maria do Socorro Lopes;
MOURA, Veronica de Fátima Gomes de;
CCHSA /DCBS/ PROBEX

RESUMO

Através de conhecimentos que permitam uma mudança de comportamento no relacionamento do homem com o seu meio e com a natureza, a educação ambiental tem a formação de uma consciência ecológica nos indivíduos como um dos principais objetivos para a sua presença na escola. A criança, desde cedo, deve aprender a cuidar do meio ambiente e a escola deve ser propulsora para iniciar uma formação e conscientização deste cuidado. É fundamental formar a criança com uma consciência ambiental que será efetivada por toda a sua vida adulta. Segundo Munhoz (2004), uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Mas, para isto, é fundamental que os professores tenham condições de desenvolver trabalhos em educação ambiental. Neste sentido, este artigo apresenta o perfil das condições de trabalho encontradas por professores da zona urbana, em oposição aos da zona rural, para o desenvolvimento de atividades voltadas para a educação ambiental. Com este trabalho, que foi realizado em duas Escolas no município de Solânea/PB, uma na zona Urbana e outra na Rural, tentamos demonstrar como as realidades dessas escolas podem interferir na abordagem dos assuntos em educação ambiental, em trabalhos desenvolvidos com alunos do ensino fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Desigualdade; Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é fundamental para uma conscientização das pessoas em relação ao mundo em que vivem, para que possam ter cada vez mais qualidade de vida, sem desrespeitar e agredir o meio ambiente. O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade e um novo modelo de comportamento, em relação ao usufruto dos recursos oferecidos pela natureza, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

Em virtude do uso inadequado pelo qual o homem vem utilizando os recursos naturais, faz-se necessário uma conscientização ambiental que pode ser iniciada na escola, sobretudo, por parte dos educadores, para a construção de uma formação cidadã dos seus alunos, de maneira que estes últimos possam ser conscientes acerca do que

acontece,do que podem fazer para preservar o meio ambiente e possam disseminar tal conhecimento para sociedade.

A educação ambiental no século XXI é de extrema importância para o futuro e para a preservação do ambiente,não só de florestas, mas para a sobrevivência de todo o mundo. Desde metrópoles até populações que moram na floresta, todos precisam ter conhecimento e serem conscientizados da importância do meio ambiente em nossas vidas. A educação ambiental nas escolas é fundamental para a transformação de professores e alunos em agentes ambientais, mudando a forma que eles têm de enxergar e relacionar-se com o meio em que vivem.

A educação urbana deve contribuir para preparar cada um para o exercício de convivência no espaço público. Deve mostrar a necessidade do indivíduo se deslocar para a ótica do coletivo; deve sensibilizar a todos sobre a interferência das construções privadas e públicas, sobre a qualidade do espaço público; deve acentuar a necessidade de preservar o patrimônio cultural, as áreas livres e o ambiente natural (LESSA, 2007). É também uma forma de disseminação de ideias, voltada tanto para formação integral da criança/jovem que, no futuro, participará dos destinos da cidade quanto para difusão de valores como solidariedade, responsabilidade, coletividade, comunidade, entre outros.

O processo educativo é dialógico, pois sem diálogo não há educação. A educação com este propósito torna-se um processo de conhecimento onde todos ensinam e aprendem, um processo criador e recriador. Isto implica em que o educador assuma compromissos éticos e políticos, de intervenção crítica no mundo. A pedagogia freireana é revolucionária, constituindo-se na unidade dialética entre ação-reflexão-ação (práxis), que requer testemunho da ação (coerência). Este trabalho pedagógico conduz os sujeitos à libertação das amarras que o oprimem e da visão ingênua do mundo que o cerca. O ato educativo fundamentado no pensamento de Paulo Freire assume a tarefa de promover a superação da contradição, para que os homens possam reconhecer “*o limite que a realidade opressora lhes impõe*” (FREIRE, 1987) e, com base neste processo de reconhecimento, encontrem energias que conduzam a uma ação libertadora.

Realizada nesta perspectiva, a educação do campo representa um contraponto à educação rural, defendida pelas elites como a educação dos sujeitos do campo. Caldart (2004) destaca que mais que o direito da população ser educada no lugar onde vive, precisa ser respeitado o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. O

processo de valorização de sua cultura incentiva os sujeitos do campo a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho, que foi realizado em duas Escolas no município de Solânea/PB, uma na zona Urbana e outra, na Rural, tenta demonstrar como as realidades diferentes das escolas podem interferir na abordagem dos assuntos em educação ambiental, em trabalhos desenvolvidos com alunos do ensino fundamental.

● Perfil da Realidade Encontrada na Escola da Zona Urbana

A escola da zona urbana trabalhada foi a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Telma da Silva*, na cidade de Solânea-PB, em cuja escola desenvolvemos o trabalho em uma sala de aula multisseriada, com alunos do 3º ao 5º ano, com 17 alunos.

A professora é bem preparada para lidar com a multisseriação, mas os alunos são bastante rebeldes e não atendem à professora, quando ela pede sua atenção, a não ser que ela grite com eles, o que ocorre quase sempre.

A questão política interfere decisivamente na autonomia da professora, pois enquanto ela tenta impor limites aos alunos, a direção da escola não lhe dá apoio e, muitas vezes, contraria as decisões tomadas pela primeira. No seu entendimento, o problema não é somente de gestão, mas, principalmente pelo fato de o cargo de direção ser ocupado por pessoas escolhidas por indicação política.

As dificuldades enfrentadas pela professora, em decorrência da indisciplina dos alunos, também interferiu para o desenvolvimento do nosso trabalho. Para nós, foi difícil abordar os assuntos sobre educação ambiental e pôr em prática as atividades planejadas, por causa da falta de atenção dos alunos. Mas, mesmo assim, desenvolvemos as atividades, embora tristes por sabermos que poderiam ter sido mais bem aproveitadas pelos alunos.

● Perfil da Realidade Encontrada na Escola da Zona Rural

A outra escola foi a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Pedro da Silva*, localizada no Sítio Barrocas, na zona rural do município de Solânea- PB, cuja escola é composta por duas salas multisseriadas, sendo uma com alunos do 3º e 4º ano e, outra, com alunos do 5º ano, cujas salas totalizam 40 alunos.

Na realidade da Zona Rural, observamos dificuldades diferentes, mas nos chamou a atenção a falta de identificação dos professores com o meio em que atuam. Segundo as professoras, elas não decidem trabalhar no local de forma espontânea, mas sim por imposição política. Desta maneira, elas já vão para escola do campo com raiva, sentem-se injustiçadas, pois “*caem de paraquedas*” numa realidade que nunca vivenciaram, esperando que entre outro gestor e possa transferi-las para a zona urbana.

No exercício de sua função docente, além das dificuldades inerentes à profissão, tais como a desvalorização, os baixos salários e a falta de autonomia, as professoras do campo afirmam enfrentar dificuldades específicas, relacionadas à inadequação do livro didático, às necessidades e à realidade de seus alunos e à multisseriação, considerada por elas como prejudicial ao rendimento do trabalho docente e ao aprendizado dos alunos. Essa organização muito comum em escolas do campo, ao agrupar em uma mesma sala alunos de séries e níveis diferentes de desenvolvimento, demanda trabalho em dobro para o professor, já que ele tem de planejar e elaborar atividades para duas ou mais turmas, sempre preocupado em assegurar que a abordagem dos assuntos em uma seja diferente da outra.

Além da multisseriação, as professoras das escolas do campo enfrentam a sensível diferença dos níveis de aprendizagem entre os alunos de uma mesma turma e o não acompanhamento do aprendizado dos alunos pelos pais, pois, em alguns casos não são alfabetizados. Essa realidade demanda atendimento diferenciado, o que aumenta o trabalho do professor.

No entanto, foi bem mais proveitoso trabalhar com os alunos desta escola da zona rural, pois eles são bem educados, prestativos e gostam quando alguém vai para a escola ensinar novos assuntos. Em relação à educação ambiental, os alunos mostraram receptividade aos assuntos relacionados aos cuidados com o meio ambiente e demonstraram gostar do ambiente em que moram, bem como, desejo de cuidar deste meio. Apesar das dificuldades relatadas pelas professoras, os alunos mostraram-se muito mais receptivos e participativos do que os da escola da zona urbana trabalhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que as desigualdades educacionais entre as zonas urbana e rural ainda constituem um desafio para o quadro educacional do país. Percebemos que as dificuldades relacionadas nas escolas da zona rural são bem maiores do que nas da zona urbana e que a questão política é um ponto de interferência muito forte em ambas

as localidades. Mas não podemos deixar de reclamar o papel fundamental que o professor deve assumir em uma ou em outra realidade.

Principalmente em relação à Zona Rural, milhares de crianças e jovens ainda enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos e concluir as etapas do fundamental e do médio. Os números das matrículas na zona rural mostram que as políticas educacionais priorizam o atendimento escolar apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Daí em diante, os estudantes devem, em geral, buscar outras cidades caso queiram continuar a estudar.

A escola deve ser vista como parceira do Poder Público e sociedade civil. Acrescenta-se ainda, que a escola poderia também articular os serviços públicos, mesmo que, para tanto, necessite estabelecer parcerias diversas, em prol da comunidade onde se insere. Não se trata, então, de encontrar culpados, mas de reconhecer responsabilidades institucionais.

Dessa forma, podemos sugerir que seja de extrema importância que os professores pensem em formas de efetivar uma educação emancipadora, que se constitua em um processo coletivo que assume como norte a reflexão acerca da necessidade e da possibilidade de a população oprimida despertar para as tarefas necessárias para a modificação da estrutura social vigente. Não somente em relação à Educação Ambiental, a proposta de educação engloba alunos, professores e quaisquer outras pessoas que optem pela transformação social, que entendam a sociedade sob a perspectiva das tensões expressas pela desigualdade social.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli. S. **Escola é mais do que escola... Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis. R.J. Vozes, 2000.

EDUCAÇÃO, Ambiental. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 15 out. 2013.

MUNHOZ, Tânia. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. Acesso em: 15/10/2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LESSA. **Urbanismo e educação**. Disponível em: <<http://www.olharvirtual.ufrj.br>>. Acesso em: 17 out. 2013.

LESSA. **Sem espaço público, não há cidadania**. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br>>. Acesso em: 17 out. 2013.